



**OIKOS - Associação de Defesa
do Ambiente e do Património
da Região de Leiria**

Comunicado

Em defesa do Vale do Lapedo

O Vale do Lapedo, constitui-se como um dos mais importantes elementos patrimoniais do concelho de Leiria. Se forem considerados os diversos elementos e tipos de património, no seu conjunto, é mesmo o mais importante, de grande valor, biológico, ecológico, arqueológico, paleontológico e histórico, com importância local, nacional e mundial.

Ao longo dos anos o Vale do Lapedo, mormente na zona ribeirinha, tem sido alvo de várias intervenções, por parte de particulares, muitas delas denunciadas pela Oikos, que têm atentado contra a sua preservação e têm promovido a sua destruição, com a “permissão” de entidades públicas.

A Oikos, desde a sua fundação, em 1990, que tem dado grande importância à promoção e divulgação deste local de excelência e tem-se batido pela sua preservação, através de um conjunto diversificado de iniciativas e denúncias. Recorde-se que em 1995, foi por intervenção da Oikos que foi embargada uma obra de desaterro que, afortunadamente, viria a evitar a destruição do “Menino do Lapedo” encontrado, anos mais tarde, em 1998, a poucos centímetros do local onde parou a máquina no momento do embargo. Infelizmente muitas outras obras prosseguiram sem que tivessem sido travadas pelas autoridades competentes.

A criação do Centro de Interpretação do Abrigo do Lagar Velho foi, sem dúvida um importante contributo para o estudo, o conhecimento e a preservação do Vale do Lapedo. A aquisição, mais tarde, por parte da CML de um área considerável de terreno, de floresta, junto ao rio, foi também uma importante medida de salvaguarda, iniciativas a todos os níveis louváveis.

Eis que, quando as coisas pareciam no bom caminho, a Oikos é alertada, por cidadãos, que estava em curso uma obra de grande dimensão junto à margem da ribeira, (a Oikos tinha a informação de que se projetava para o local um pequeno parque de merendas) promovida por uma entidade pública, a Junta de Freguesia de Santa Eufémia, precisamente nos terrenos da CML, os quais supostamente adquiridos para a sua preservação e, que, segundo a sua própria informação, emitiu parecer favorável.

Ora, a obra em causa, apresenta já construída uma estrutura para a represa da água (açude) e efetuados enrocamentos, em pedra, nas duas margens junto ao local de represa. Estão já também em construção duas estruturas (ao que parece para a instalação de um bar), uma área de estacionamento, passadiços e uma ponte para atravessamento, tendo igualmente sido decapada e terraplanada uma longa extensão na margem direita e uma extensão menor na margem esquerda.

O Vale do Lapedo pode, e deve, ser usufruído, mas com atividades que vão ao encontro das suas características e potencialidades, que são muitas. Mas, no entender da Oikos, qualquer projeto a executar, nesta área, deve ser concebido de forma integrada, com o que já existe, mormente o abrigo do lagar Velho e o Centro de Interpretação articulando todos os valores patrimoniais existentes.

O Vale do Lapedo não tem qualquer aptidão para a construção de um parque de tipo urbano. Uma obra deste tipo e a avaliar pelo já construído, traria danos irreversíveis à flora, à fauna (incluindo a fauna piscícola na área classificada da ribeira do Azubucho, a qual seria afetada pela construção do açude) danos no geológico, arqueológico e paleontológico.

A construção desta obra, inadequada, absurda e inútil, sob todos os pontos de vista, a concluir-se, o que esperamos não aconteça, viria a causar danos irreversíveis num património que mais do que concelho é da humanidade. A Oikos não compreende, pois, como é que entidades públicas, com dinheiros públicos, promovem a sua destruição, em nome de nada.

A Oikos coloca, ainda, publicamente, duas questões às quais ainda não obteve resposta das entidades competentes:

1) Decorrendo a obra em espaço classificado como património natural, no PDM, REN, RAN e Domínio Público Hídrico (DPH) que tem em curso um processo de classificação, como Monumento Nacional, cuja área proposta para classificação, abrange a área onde a obra está a decorrer, (o que por si só, justificaria a aplicação do DL nº 69/2000) foram executados todos os procedimentos, obrigatórios e facultativos (como manda o interesse público) no que respeita à execução de projetos, emissão de pareceres das entidades devidas, Avaliação de Impacte Ambiental, (que a Oikos considera imprescindível) que tenham permitido o arranque e o avanço da obra?

2) Dada a importância do local não seria plausível que as entidades públicas, em questão, promovessem uma discussão pública, aberta a instituições e cidadãos?

A Oikos, espera que a Junta de Freguesia de Santa Eufémia e a Câmara Municipal de Leiria, enquanto promotoras da obra e proprietária dos terrenos, respetivamente, tenham o bom senso de a suspender de imediato e fazer uma reavaliação da situação.

Espera, ainda, e sobretudo, que a Comissão de Coordenação Regional do Centro, entidade que tem parecer vinculativo, no âmbito das suas competências, aja em conformidade fazendo cumprir, com todo o rigor, a lei.

A Oikos, como tem sido seu apanágio, nos últimos 20 anos, fará tudo o que estiver ao seu alcance para preservar esta joia do património que estando no nosso Concelho é de toda a humanidade.

Leiria, 02 de Julho de 2012

A Direção da Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria